



Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro

Banco do Conhecimento

Divisão de Gestão de Acervos Jurisprudenciais (DGCON/DIJUR)
Serviço de Pesquisa Jurídica (DGCON/SEAPE)

Data da atualização: 04/05/2011

FAZENDA PÚBLICA

SÚMULA STJ Nº 45

NO REEXAME NECESSARIO, E DEFESO, AO TRIBUNAL, AGRAVAR A CONDENAÇÃO IMPOSTA A FAZENDA PUBLICA.

(VER: [RECURSO](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

SÚMULA STJ Nº 85

NAS RELAÇÕES JURIDICAS DE TRATO SUCESSIVO EM QUE A FAZENDA PUBLICA FIGURE COMO DEVEDORA, QUANDO NÃO TIVER SIDO NEGADO O PROPRIO DIREITO RECLAMADO, A PRESCRIÇÃO ATINGE APENAS AS PRESTAÇÕES VENCIDAS ANTES DO QUINQUENIO ANTERIOR A PROPOSITURA DA AÇÃO.

(VIDE: [PRESCRIÇÃO](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

SÚMULA STJ Nº 116

A FAZENDA PUBLICA E O MINISTERIO PUBLICO TEM PRAZO EM DOBRO PARA INTERPOR AGRAVO REGIMENTAL NO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA.

(VER: [PRAZO](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

SÚMULA STJ Nº 139

CABE A PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL PROPOR EXECUÇÃO FISCAL PARA COBRANÇA DE CREDITO RELATIVO AO ITR.

(VIDE: [EXECUÇÃO](#), [TRIBUTÁRIO](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

SÚMULA STJ Nº 190

NA EXECUÇÃO FISCAL, PROCESSADA PERANTE A JUSTIÇA ESTADUAL, CUMPRE A FAZENDA PÚBLICA ANTECIPAR O NUMERÁRIO DESTINADO AO CUSTEIO DAS DESPESAS COM O TRANSPORTE DOS OFICIAIS DE JUSTIÇA.

(VIDE: [EXECUÇÃO](#))

PESQUISA DE INTEIRO TEOR

SÚMULA STJ Nº 325

A REMESSA OFICIAL DEVOLVE AO TRIBUNAL O REEXAME DE TODAS AS PARCELAS DA CONDENAÇÃO SUPOSTAS PELA FAZENDA PÚBLICA, INCLUSIVE DOS HONORÁRIOS DE ADVOGADO.

(VER: [RECURSO](#))

PESQUISA DE INTEIRO TEOR

SÚMULA STJ Nº 339

É CABÍVEL AÇÃO MONITÓRIA CONTRA A FAZENDA PÚBLICA.

(VIDE: [AÇÃO MONITÓRIA](#))

PESQUISA DE INTEIRO TEOR

SÚMULA STJ Nº 345

SÃO DEVIDOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS PELA FAZENDA PÚBLICA NAS EXECUÇÕES INDIVIDUAIS DE SENTENÇA PROFERIDA EM AÇÕES COLETIVAS, AINDA QUE NÃO EMBARGADAS.

(VIDE: [HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS](#))

PESQUISA DE INTEIRO TEOR

SÚMULA STJ Nº 392

A FAZENDA PÚBLICA PODE SUBSTITUIR A CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA (CDA) ATÉ A PROLAÇÃO DA SENTENÇA DE EMBARGOS, QUANDO SE TRATAR DE CORREÇÃO DE ERRO MATERIAL OU FORMAL, VEDADA A MODIFICAÇÃO DO SUJEITO PASSIVO DA EXECUÇÃO.

(VER: [CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA](#), [EMBARGOS À EXECUÇÃO](#), [EXECUÇÃO](#))

PESQUISA DE INTEIRO TEOR

SÚMULA STJ Nº 393

A EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE É ADMISSÍVEL NA EXECUÇÃO FISCAL RELATIVAMENTE ÀS MATÉRIAS CONHECÍVEIS DE OFÍCIO QUE NÃO DEMANDEM DILAÇÃO PROBATÓRIA

(VIDE: [EXECUÇÃO](#), [EXECUÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE](#))

PESQUISA DE INTEIRO TEOR

SÚMULA STJ Nº 406

A FAZENDA PÚBLICA PODE RECUSAR A SUBSTITUIÇÃO DO BEM PENHORADO POR PRECATÓRIOS.

(VER: [PENHORA](#), [PRECATÓRIO](#))

PESQUISA DE INTEIRO TEOR

SÚMULA STF Nº 250

A INTERVENÇÃO DA UNIÃO DESLOCA O PROCESSO DO JUÍZO CÍVEL COMUM PARA O FAZENDÁRIO.

(VIDE: [COMPETÊNCIA](#))

PESQUISA DE INTEIRO TEOR

SÚMULA STF Nº 255

SENDO ILÍQUIDA A OBRIGAÇÃO, OS JUROS MORATÓRIOS, CONTRA A FAZENDA PÚBLICA, INCLUÍDAS AS AUTARQUIAS, SÃO CONTADOS DO TRÂNSITO EM JULGADO DA SENTENÇA DE LIQUIDAÇÃO.

(VIDE: [JUROS E/OU CORREÇÃO MONETÁRIA](#))

PESQUISA DE INTEIRO TEOR

SÚMULA STF Nº 277

SÃO CABÍVEIS EMBARGOS, EM FAVOR DA FAZENDA PÚBLICA, EM AÇÃO EXECUTIVA FISCAL, NÃO SENDO UNÂNIME A DECISÃO.

(VIDE: [EMBARGOS À EXECUÇÃO](#))

PESQUISA DE INTEIRO TEOR

ENUNCIADO – AVISO TJ Nº 27

98 - O ART. 2º, § 3º, DA LEI N º 6830/80, NÃO SE APLICA AO CRÉDITO TRIBUTÁRIO.

JUSTIFICATIVA: A SUSPENSÃO DA PRESCRIÇÃO PREVISTA NO § 3º, DO ART. 2º, DA LEI N º 6830/80, NÃO TEM PERTINÊNCIA NO CONCERNENTE AO CRÉDITO TRIBUTÁRIO, PORQUANTO NESTE CASO INCIDE O CTN, POR CONFIGURAR MATÉRIA TRIBUTÁRIA QUE, DE ACORDO COM O ART. 146, INCISO III, B, DA CF, SÓ PODE ESTAR PREVISTA EM LEI COMPLEMENTAR, CUJA NATUREZA NÃO É OSTENTADA PELA LEI Nº 6830/80.

PRECEDENTES: 0000856-17.2003.8.19.0078, TJERJ, 13ª C. CÍVEL, JULGAMENTO EM 18/02/2011; 0066763-32.2010.8.19.0000 TJERJ, 19ª C. CÍVEL, JULGAMENTO EM 15/02/2011; 0000128-35.2011.8.19.0000 TJERJ, 18ª C. CÍVEL, JULGAMENTO EM 10/02/2011.

(VER: [CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA, TRIBUTÁRIO](#))

101- PRESCREVE EM CINCO ANOS A PRETENSÃO DE REPARAÇÃO CIVIL AQUILIANA DEDUZIDA CONTRA A FAZENDA PÚBLICA E AS PESSOAS JURÍDICAS DE DIREITO PRIVADO PRESTADORAS DE SERVIÇO PÚBLICO.

JUSTIFICATIVA: O ART. 1º-C, DA LEI N º 9494/97, COM A REDAÇÃO DA MEDIDA PROVISÓRIA N º 2180-35, DE 24 DE AGOSTO DE 2001 ESTABELECEU O PRAZO QUINQUENAL, DE MODO QUE, SENDO ESPECIAL EM RELAÇÃO AO CÓDIGO CIVIL E DELE BEM PRÓXIMO CRONOLOGICAMENTE, NÃO SE APLICA O PRAZO TRIENAL GERAL PREVISTO NO ART. 206, § 3º, INCISO V, DAQUELE DIPLOMA. NESSE SENTIDO, RECENTE DECISÃO MONOCRÁTICA DO STJ, A QUAL REAFIRMOU, INCLUSIVE, A VIGÊNCIA DO ART. 1º, DO DECRETO N º 20910/32 (CF. RESP 1.212.420-RJ, JULGAMENTO EM 08/11/2010).

PRECEDENTES: 0041967-74.2010.8.19.0000, TJERJ, 13ª C. CÍVEL, JULGAMENTO EM 09/02/2011; 0005828-24.2006.8.19.0046, TJERJ, 18ª C. CÍVEL, JULGAMENTO EM 31/08/2010.

(VER: [PESSOA JURÍDICA, PRESCRIÇÃO](#))

[AVISO TJ Nº 27, DE 25/03/2011](#)

VIDE: CONSOLIDAÇÃO NO [AVISO TJ Nº 29 DE 07/04/2011](#)

ENUNCIADO – ATO TJ Nº SN12

ENUNCIADO 134 (NOVO) - AS INOVAÇÕES INTRODUZIDAS PELO ARTIGO 5º DA LEI 12.153/09 NÃO SÃO APLICÁVEIS AOS JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS (LEI 9.099/95). (APROVADO POR MAIORIA NO XXVII FONAJE - PALMAS/TO - 26 A 28 DE MAIO DE 2010).

(VER: [JUIZADOS ESPECIAIS](#))

[ATO TJ Nº SN12, DE 23/06/2010](#)

ENUNCIADO – AVISO TJ Nº 65

10. NAS AÇÕES CONTRA A FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL, A EXISTÊNCIA DE VARA PRIVATIVA NO FORO DA CAPITAL NÃO ALTERA A COMPETÊNCIA TERRITORIAL RESULTANTE DAS LEIS PROCESSUAIS.

(VER: [COMPETÊNCIA](#))

[AVISO TJ Nº 65, DE 11/12/2006](#)

ENUNCIADO – AVISO TJ Nº 33

7- A EXECUÇÃO CONTRA A FAZENDA PÚBLICA NÃO FOI ALTERADA PELA LEI Nº 11232, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2005.

(VER: [EXECUÇÃO](#))

[AVISO TJ Nº 33, DE 07/07/2006](#)

ENUNCIADO – ATO VEP Nº SN1

ENUNCIADO Nº. 03: "COMPETE AO JUÍZO DA VARA DE EXECUÇÕES PENAS DETERMINAR A EXTRAÇÃO DE CERTIDÃO PARA INSCRIÇÃO DE MULTA IMPAGA NA DÍVIDA ATIVA, GUARDADA A COMPETÊNCIA DO JUÍZO ESPECIALIZADO DA FAZENDA PÚBLICA QUANTO AO PROCEDIMENTO DA LEI NO. 6.830/80."

(VER: [CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA](#), [COMPETÊNCIA](#), [MULTA](#), [VEP](#))

[ATO VEP Nº SN1, DE 19/02/2004](#)

ENUNCIADO – AVISO TJ Nº 33

2 – A EXPEDIÇÃO DE PRECATÓRIOS SUBSEQÜENTES PARA ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA E INCIDÊNCIA DE JUROS PRESCINDE DA OBSERVÂNCIA DO PROCEDIMENTO TRAÇADO PELO ART. 730 DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL.

(VER: [EMBARGOS](#), [JUROS E/OU CORREÇÃO MONETÁRIA](#), [PRECATÓRIO](#))

3 – NAS EXECUÇÕES POR QUANTIA CERTA CONTRA A FAZENDA PÚBLICA ADMITE-SE A EXPEDIÇÃO DE PRECATÓRIO ANTES DO TRÂNSITO EM JULGADO DA SENTENÇA PROFERIDA EM EMBARGOS DO DEVEDOR, APÓS O REEXAME NECESSÁRIO.

(VER: [EMBARGOS](#), [EXECUÇÃO](#), [PRECATÓRIO](#), [TRÂNSITO EM JULGADO](#))

6 – CABE ANTECIPAÇÃO DE TUTELA CONTRA A FAZENDA PÚBLICA, MESMO IMPLICANDO PAGAMENTO EM DINHEIRO, DESDE QUE PARA RESTABELECER DIREITO, NÃO SE APLICANDO O ART. 1º, DA LEI Nº 9494/97.

(VER: [TUTELA ANTECIPADA](#))

[AVISO TJ Nº 33, DE 23/07/2002](#)

ENUNCIADO – AVISO TJ Nº 58

7.2- NA PARTILHA ONDE UM DOS CÔNJUGES RECEBE QUINHÃO SUPERIOR À SUA MEAÇÃO IDEAL, SEM COMPENSAÇÃO DE QUALQUER ESPÉCIE, O IMPOSTO SOBRE A DOAÇÃO É DEVIDO AO ESTADO, DEVENDO O VALOR SER APURADO ADMINISTRATIVAMENTE.

(VER: [INVENTÁRIO / PARTILHA](#))

[AVISO TJ Nº 58, DE 17/12/2001](#)

ENUNCIADO – AVISO TJ Nº 33

ENUNCIADO CRIMINAL Nº 15 - A MULTA DECORRENTE DE SENTENÇA DEVE SER EXECUTADA PELA FAZENDA NACIONAL.

(VER: [JUIZADOS ESPECIAIS](#), [MULTA](#))

[AVISO TJ Nº 33, DE 12/07/2001](#)

ENUNCIADO – AVISO TJ Nº 46

9) O DEFERIMENTO DO PEDIDO DE SUSPENSÃO DA EXECUÇÃO PELO PARCELAMENTO DA DÍVIDA TAMBÉM SUSPENDE A PRESCRIÇÃO, CUJO PRAZO FLUIRÁ NOVAMENTE NA DATA EM QUE A FAZENDA PÚBLICA COMUNICAR O NÃO CUMPRIMENTO DO PARCELAMENTO.

(VER: [EXECUÇÃO](#), [PRESCRIÇÃO](#))

11) CABERÁ AO OFICIAL DE JUSTIÇA DILIGENCIAR, NO ENDEREÇO INDICADO PELO CREDOR, A LOCALIZAÇÃO DA EXECUTADA E DE SEUS SÓCIOS. EM CASO DE CERTIDÃO NEGATIVA, PROCEDER-SE-Á, DE IMEDIATO, À CITAÇÃO POR EDITAL, DESNECESSÁRIO QUE A FAZENDA PÚBLICA PROCURE NOVO ENDEREÇO.

(VER: [CITAÇÃO OU INTIMAÇÃO](#), [DILIGÊNCIA](#))

14) O REPRESENTANTE LEGAL, NOMEADO COMO DEPOSITÁRIO, SOMENTE SERÁ LIBERADO DA FUNÇÃO PÚBLICA SE APRESENTAR MOTIVO JUSTIFICADO, A SER APRECIADO PELO JULGADOR. A DESIGNAÇÃO DO REPRESENTANTE DA PARTE EXECUTADA COMO DEPOSITÁRIO JUSTIFICA-SE POR SER MENOS ONEROSO PARA O PRÓPRIO EXECUTADO, ASSIM COMO PARA A FAZENDA PÚBLICA. É COMPATÍVEL COM O PRINCÍPIO DA LIBERDADE, DECORRENTE DO DISPOSTO NO ART. 5º, II DA CF, A NOMEAÇÃO DO DEVEDOR PARA AS FUNÇÕES DE DEPOSITÁRIO JUDICIAL (CPC, ART.340, III).

(VER: [DEPOSITÁRIO JUDICIAL](#))

26) AINDA QUE ACOLHIDOS OS EMBARGOS À EXECUÇÃO, NÃO DEVE A FAZENDA PÚBLICA SER CONDENADA AO PAGAMENTO DE HONORÁRIOS DE ADVOGADO SE A EXECUÇÃO FOI PROPOSTA EM RAZÃO DE ERRO POR PARTE DO CONTRIBUINTE.

(VER: [EMBARGOS À EXECUÇÃO](#), [HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS](#))

[AVISO TJ Nº 46, DE 15/09/1999](#)

ENUNCIADO – AVISO CGJ Nº 4

ENUNCIADO Nº XLVIII – DESNECESSÁRIA A INTIMAÇÃO DA FAZENDA, PARA CIÊNCIA DA SENTENÇA QUE HOMOLOGA PARTILHA OU ADJUDICAÇÃO, UMA VEZ QUE HAJA PRECEDENTEMENTE CONCORDADO COM SEUS TERMOS, TRANSITANDO EM JULGADO A CORRESPONDENTE DECISÃO, PROFERIDA NO INVENTÁRIO, TÃO LOGO PUBLICADA.

(VER: [CITAÇÃO OU INTIMAÇÃO](#), [INVENTÁRIO – PARTILHA](#), [TRÂNSITO EM JULGADO](#))

[AVISO CGJ Nº 4, DE 11/01/1993](#)

Disponibilizado pela Equipe do Serviço de Estruturação do Conhecimento (DGCON/SEESC)

Para sugestões, elogios e críticas: jurisprudencia@tjrj.ius.br